



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

091

HABEAS CORPUS Nº: **0201851-5**

PROCESSO ORIGINÁRIO Nº: 222.2009.010865-3

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – Vara do  
Tribunal do Júri

IMPETRANTE : Marcus Vinícius Rodrigues Lemos

PACIENTE : Gilvan Josué da Silva

PROCURADOR(A) : José Correia de Araújo

RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO CONSTRITIVO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. FALTA DE JUNTADA DA DECISÃO ACOIMADA. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA LEGALIDADE DA DECISÃO. CONDIÇÕES PESSOAS FAVORÁVEIS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO TENDENTE A COMPROVAR O ALEGADO. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.

**I** – A ausência de juntada da decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes, imprescindível para a aferição de eventual ausência de fundamentação, impede a análise da decisão fustigada.

**II** – A primariedade, os bons antecedentes e a residência fixa não induzem, necessariamente, o direito de o paciente aguardar o julgamento em liberdade, ainda mais quando tais condições não restaram comprovadas. Precedentes do STJ.

**III** – Ordem parcialmente conhecida e, nesse particular, denegada. Decisão unânime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



092

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0201851-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em conhecer parcialmente do pedido, denegando a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente / Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



093

**HABEAS CORPUS Nº: 0201851-5**

**PROCESSO ORIGINÁRIO Nº: 222.2009.010865-3**

**COMARCA** : Jaboaão dos Guararapes – Vara do  
Tribunal do Júri

**IMPETRANTE** : Marcus Vinícius Rodrigues Lemos

**PACIENTE** : Gilvan Josué da Silva

**PROCURADOR(A)** : José Correia de Araújo

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

## **RELATÓRIO**

O Bel. **Marcus Vinícius Rodrigues Lemos** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Gilvan Josué da Silva**, qualificado às fls. 02, alegando que o paciente, portador de condições pessoais favoráveis, faz jus à liberdade provisória ante a ausência dos requisitos da prisão preventiva, decretada nos autos da ação penal nº 222.2009.010865-3, a que responde o acusado perante o Tribunal do Júri da Comarca de Jaboaão dos Guararapes, juntamente com outros 02 (dois) co-acusados, como incursos nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV<sup>1</sup>, c/c o art. 14, inciso II<sup>2</sup> e 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, cumulado ainda com o art. 73<sup>3</sup>, todos do Código Penal.

<sup>1</sup> Art. 121 - Matar alguém: (...)

**Homicídio qualificado**

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido: (...)

**Pena** - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

<sup>2</sup> Art. 14 - Diz-se o crime: (...)

**Tentativa**

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

<sup>3</sup> **Erro na execução**

**Art. 73** - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



094


À inicial foram acostados os documentos de fls. 08/61.

Em decisão interlocutória de fls. 67/68, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 73, acompanhadas dos documentos de fls. 74/80.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 84/85).

Está feito o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

095

**HABEAS CORPUS Nº: 0201851-5**

**PROCESSO ORIGINÁRIO Nº: 222.2009.010865-3**

**COMARCA** : Jaboatão dos Guararapes – Vara do  
Tribunal do Júri

**IMPETRANTE** : Marcus Vinícius Rodrigues Lemos

**PACIENTE** : Gilvan Josué da Silva

**PROCURADOR(A)** : José Correia de Araújo

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

## **VOTO**

---

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório onde o impetrante persegue a soltura do paciente, ao argumento de que o acusado faz jus à concessão da liberdade provisória, ante a ausência dos requisitos da prisão preventiva, decretada nos autos da ação penal nº 222.2009.010865-3, em trâmite no Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Aduz ainda, a impetração, que o paciente é portador de condições pessoais favoráveis, consubstanciadas na primariedade, profissão definida e residência fixa, fazendo jus a aguardar o julgamento do processo em liberdade.

Muito embora o impetrante tenha se insurgido contra a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, deixou de efetuar a juntada do decreto segregador, o que impossibilita o conhecimento da impetração nesse particular.

Nesse sentido decidiu esta Terceira Câmara Criminal no julgamento do *Habeas Corpus* nº 192431-2, de minha relatoria, em sessão realizada no dia 05.08.2009 e publicado no DJ 141, de 11.08.2009, *verbis*:

“(…) II – A ausência de juntada da decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes, imprescindível para a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



096

*aferição de eventual ausência de fundamentação, impede a análise da decisão fustigada. (...)”*

Sobre o assunto decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do *Habeas Corpus* nº 87.118/TO, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 27/11/2008 e publicado no DJ de 19/12/2008, cuja ementa é a seguinte:

*“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO CONSTRITIVO. AUSÊNCIA, NOS AUTOS, DA REFERIDA PEÇA, IMPRESCINDÍVEL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. (...)*

*1. Não constando dos autos cópia da decisão que determinou a segregação cautelar do paciente, é flagrante a deficiência da instrução do presente writ a impossibilitar a apreciação da alegação defensiva de falta de fundamentação.*

*(...)*


*4. Ordem não conhecida, em conformidade com o parecer ministerial.”*

É o caso dos autos.

Demais disso, a simples alegação de que o paciente é possuidor de condições pessoais favoráveis, consubstanciados na primariedade, profissão definida e residência fixa, não é suficiente, por si só, para garantir o direito de aguardar o julgamento em liberdade, ainda mais quando a impetração não demonstrou tais condições.

Ante o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, conheço parcialmente do pedido, **denegando a ordem**.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**